

CAMARA MUNICIPAL DE SALITRE

Balço Orçamentário

Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Consolidado

DCASP (Art. 1º, III da Portaria nº 700 de 10 de Dezembro de 2014)

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo c = (b-a)		
Nada a Registrar						
Subtotal das Receitas (I)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Refinanciamento (II)						
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária						
Contratual						
Operações de Crédito Externas						
Mobiliária						
Contratual						
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Déficit (IV)	1.980.000,00	1.980.000,00	1.635.232,12			
Total (V) = (III + IV)	1.980.000,00	1.980.000,00	1.635.232,12	-344.767,88		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)						
Superávit Financeiro						
Reabertura de Créditos Adicionais						
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	1.921.000,00	1.960.000,00	1.617.315,12	1.617.315,12	1.617.315,12	342.684,88
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.220.000,00	1.316.251,60	1.173.809,16	1.173.809,16	1.173.809,16	142.442,44
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	701.000,00	643.748,40	443.505,96	443.505,96	443.505,96	200.242,44
DESPESAS DE CAPITAL	59.000,00	20.000,00	17.917,00	17.917,00	17.917,00	2.083,00
INVESTIMENTOS	35.000,00	20.000,00	17.917,00	17.917,00	17.917,00	2.083,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Despesas (VI)	1.980.000,00	1.980.000,00	1.635.232,12	1.635.232,12	1.635.232,12	344.767,88
Amortização da Dívida/Refinanciamento (VII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Subtotal com Refinanciamento (VIII)=(VI+VII)	1.980.000,00	1.980.000,00	1.635.232,12	1.635.232,12	1.635.232,12	344.767,88
Superávit (IX)			0,00			0,00
Total (X) = (VIII + IX)	1.980.000,00	1.980.000,00	1.635.232,12	1.635.232,12	1.635.232,12	344.767,88

Não Existe Restos a Pagar Não Processados

CAMARA MUNICIPAL DE SALITRE

Balanco Orcamentario

Exercicio: 2021

Periodo: 01/01/2021 a 31/12/2021

Consolidado

DCASP (Art. 1º, III da Portaria nº 700 de 10 de Dezembro de 2014)

Não Existe Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

F.C. MORAIS CONTABILIDADE
CNPJ Nº02.206.529/0001-91 / CRC CE 014446-3

Francisco Caio de Moraes
Contador - CRC/CE - 011172/0-1
CPF: 214.464.313-04

F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME

Contador



CARLOS ANTONIO DE SOUZA

PRESIDENTE

Notas Explicativas

Nota 1 - Aspectos Gerais

O Balanço Orçamentário previsto no art. 102 da Lei Federal 4.320/64 apresenta as receitas estimadas e as despesas fixadas no orçamento em confronto com as receitas arrecadadas e as despesas executadas, respectivamente. A partir do confronto entre as receitas executadas com as estimadas, é possível avaliar o desempenho da arrecadação no exercício em questão. Quando confrontadas as despesas executadas com as autorizadas, é possível analisar as despesas da administração mediante a autorização legislativa que orientou os gastos e também a ação do gestor. O confronto das diferenças entre as receitas previstas e as despesas fixadas, bem como entre as receitas e despesas executadas, permite o conhecimento do resultado orçamentário: superávit (receita maior que despesa) ou déficit (despesa maior que a receita).

Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar:

- (a) as receitas por fonte (espécie); e**
- (b) as despesas por grupo de natureza.**

O Balanço Orçamentário é composto por:

§ Quadro Principal: são apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas são apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também é utilizada complementarmente à classificação por natureza. Ainda no Quadro Principal, as receitas são informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, descontos, retificações, deduções para o Fundeb e repartições de receita tributária entre os entes da Federação, quando registradas como dedução.

§ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados: são informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao da referência compõem o Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.

§ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados: são informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. São informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

Nota 2 - Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas Orçamentárias

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas orçamentárias detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário, conforme NBC T 16.6 (Resolução CFC nº 1.133/2008).

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária, e o seu formato está de acordo com o

Notas Explicativas

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor público, 6ª EDIÇÃO.

Durante o periodo de gestão a unidade gestora não registrou ingressos de receitas orçamentarias.

Nota 3 - Critérios de Reconhecimento e Classificação das Despesas Orçamentárias

As despesas orçamentárias, resultantes de autorização legislativa prevista na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2021, seguem o regime contábil da competência e a respectiva execução orçamentária prevista no Capítulo III da Lei Federal nº 4.320/64, sendo consideradas realizadas quando do seu empenho (art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64) para efeito orçamentário, e quando da sua liquidação para efeito contábil.

As despesas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expressos em reais.

As despesas estão listadas pelos seus valores empenhados, liquidados e pagos no exercício, além de apresentar sua dotação inicial, atualizada e o respectivo saldo.

As dotações orçamentárias fixadas originalmente foram atualizadas através da abertura de créditos adicionais suplementares autorizados na Lei Orçamentária, sendo empenhado 82,59 % da despesa fixada atualizada.

Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago	Saldo Orçamentário do Exercício
1.980.000,00	1.980.000,00	1.635.232,12	1.635.232,12	1.635.232,12	344.767,88

F.C. MORAIS CONTABILIDADE
CNPJ Nº 02.206.529/0001-91 / CRC (CE 014440-3)

Francisco Célio de Moraes
Contador / CRC/CE - 011178/0-1
CPF: 214.464.313-04

F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
Contador

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE SALITRE

Balanco Financeiro

Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Consolidado

DCASP (Art. 1º, III da Portaria nº 700 de 10 de Dezembro de 2014)

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	0,00	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	1.635.232,12	1.715.467,82
			Ordinaria	1.635.232,12	1.715.467,82
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.626.805,92	1.723.896,80	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Repasso do Duodecimo da Camara	1.626.805,92	1.723.896,80			
Recebimentos Extraorçamentários (III)	434.062,11	452.270,92	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	425.607,02	460.901,59
Contribuicao Previdenciaria - INSS	105.812,79	105.873,32	Contribuicao Previdenciaria - INSS	97.152,62	113.847,16
EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	174.689,38	221.325,25	Devolução do Duodecimo da Camara	0,00	474,97
IRRF	141.429,33	100.820,32	EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	174.689,38	221.325,25
ISS	576,00	3.143,11	IRRF	141.429,33	100.820,32
PENSÃO ALIMENTÍCIA	9.350,00	18.973,80	ISS	576,00	3.371,51
Salario Familia	2.204,61	2.135,12	PENSÃO ALIMENTÍCIA	9.350,00	18.973,80
			Salario Familia	2.409,69	2.088,58
Saldo do Exercício Anterior (IV)			Saldo para Exercício Seguinte (IX)		
Caixa e Equivalente de Caixa	0,00	201,69	Caixa e Equivalente de Caixa	28,89	0,00
B.B 115.098-7 (BB S/A-C. SALES)	0,00	201,69	B.B 115.098-7 (BB S/A-C. SALES)	28,89	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Total (V) = (I + II + III + IV)	2.060.868,03	2.176.369,41	Total (X) = (VI + VII + VIII + IX)	2.060.868,03	2.176.369,41

F.C. MORAIS CONTABILIDADE
 CNPJ Nº 01.206.529/0001-91 / CRC - CE 01444/0-3

Francisco Célio de Moraes
 Contador - CRC/CE - 011178/0-1
 CPF: 214.484.313-04

F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
 Contador


 CARLOS ANTONIO DE SOUZA
 PRESIDENTE

Notas Explicativas

Nota 1 - Aspectos Gerais

O Balanço Financeiro (BF)1 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte e foi elaborado de acordo com as instruções da IPC 06 e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor público, 6ª EDIÇÃO e de conforme ao NBC T 16.6 (Resolução CFC nº 1.133/2008).

Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dis pêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingr essos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

BF é elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

§ Classes 1 (ativo) e 2 (passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, bem como para o saldo em espécie do exe rcício anterior e o saldo em espécie a transferir para o exercício seguinte;

§ Classes 4 (variações patrimoniais aumentativas) e 3 (variações patrimoniais diminutivas) para as transferências financeiras r ecebidas e concedidas, respectivamente;

§ Classe 5 para o preenchimento dos restos a pagar inscritos no exercício, conforme parágrafo único do artigo 103 da Lei n.º 4. 320/1964; e

§ Classe 6 para o preenchimento das informações de execução da receita e despesa orçamentária.

Conforme as regras do MCASP, as informações são apresentadas por fonte/destinação de recursos, segregando em destinações ordi nárias e vinculadas.

O detalhamento das vinculações é feito de acordo com as principais áreas de atuação do setor público.

O Balanço Financeiro está de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor público, 6ª EDIÇÃO e de conforme ao NBC T 16.6 (Resolução CFC nº 1.133/2008).

O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrim ina:

- (a) a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (b) a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (c) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- (d) as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e
- (e) o saldo inicial e o saldo final em espécie.

Nota 2 - Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas e Despesas Orçamentárias

Notas Explicativas

No Balanco Financeiro, as receitas e despesas orçamentárias estão elencadas por fonte de recursos.

Durante o periodo de gestão a unidade gestora não registrou ingressos de receitas orçamentarias.

As despesas foram reconhecidas de acordo com o seu empenhamento, ou seja, antes mesmo do fato gerador da despesa ter ocorrido, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64, de forma que as despesas empenhadas e não pagas, reconhecidas como empenhada a pagar, são acrescidas do lado dos "Ingressos", conforme parágrafo único do art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64. O processamento das despesas ocorreu adotando o Regime de Competência.

Nota 3 - Critérios de Reconhecimento e Classificação dos Recebimentos Extraorçamentários

As transferências financeiras são resultantes de devoluções de transferências concedidas as demais unidades orçamentárias.

As contas listadas como Recebimentos Extra orçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro.

Consideram-se ainda os valores registrados com empenhados a pagar, que por força do parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal 4.320/64 compõem esse grupo para fazer contrapartida aos valores empenhados na despesa orçamentária e não pagos.

Nota 4 - Critérios de Reconhecimento e Classificação dos Pagamentos Extraorçamentários

As contas listadas no grupo de pagamentos extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro. Nesse grupo são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como os restos a pagar, depósitos de diversas origens, consignações.

Nota 5 – Demonstração Financeira Sintética

De conformidade com a Lei nº 4.320/64, e a Portaria SOF nº 8, de 04/02/85, os dados da execução financeira, de forma sintética, são os seguintes:

Receitas Orçamentárias		Despesas Orçamentárias	
Dedução Fundeb	0,00	Legislativa	1.635.232,12
Receita Total	0,00	Despesa Total	1.635.232,12

CAMARA MUNICIPAL DE SALITRE

Balanco Financeiro

Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Consolidado

DCASP (Art. 1º, III da Portaria nº 700 de 10 de Dezembro de 2014)

Notas Explicativas

F.C. MORAIS CONTABILIDADE
CNPJ Nº 02.206.529/0001-91 - CRC/CE 01444/Q-3

Francisco Célio de Moraes
Contador - CRC/CE - 011178/Q-1
CPF: 214.464.313-04

F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
Contador


CARLOS ANTONIO DE SOUZA
PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE SALITRE

Balanço Patrimonial

Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Consolidado

DCASP (Art. 1º, III da Portaria nº 700 de 10 de Dezembro de 2014)

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	233,97	0,00	PASSIVO CIRCULANTE	8.660,17	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	28,89	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	8.660,17	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	28,89	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS	8.660,17	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇ	28,89	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	8.660,17	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	28,89	0,00	CONSIGNAÇÕES	8.660,17	0,00
Banco do Brasil	28,89	0,00	INSS	8.660,17	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	205,08	0,00	Total do Passivo	8.660,17	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	205,08	0,00			
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOL	205,08	0,00			
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA F	205,08	0,00			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	118.561,52	102.686,08			
IMOBILIZADO	118.561,52	102.686,08			
BENS MOVEIS	54.472,28	36.555,28			
BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	54.472,28	36.555,28	RESULTADOS ACUMULADOS	110.135,32	102.686,08
BENS DE INFORMÁTICA	13.744,00	10.045,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	110.135,32	102.686,08
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	13.744,00	10.045,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	110.135,32	102.686,08
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	12.991,00	7.677,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	7.449,24	49.050,43
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	9.975,00	7.677,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	102.686,08	53.635,65
MOBILIÁRIO EM GERAL	3.016,00	0,00	Total do Patrimônio Líquido	110.135,32	102.686,08
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	12.004,00	3.100,00			
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	12.004,00	3.100,00			
DEMAIS BENS MÓVEIS	15.733,28	15.733,28			
OUTROS BENS MÓVEIS	15.733,28	15.733,28			
BENS IMÓVEIS	68.757,64	68.757,64			
BENS IMÓVEIS- CONSOLIDAÇÃO	68.757,64	68.757,64			
DEMAIS BENS IMÓVEIS	68.757,64	68.757,64			
OUTROS BENS IMÓVEIS	68.757,64	68.757,64			
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-4.668,40	-2.626,84			
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOL	-4.668,40	-2.626,84			
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS	-4.668,40	-2.626,84			
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	-4.668,40	-2.626,84			
Total	118.795,49	102.686,08	Total	118.795,49	102.686,08
Ativo Financeiro	233,97	0,00	Passivo Financeiro	8.660,17	0,00
Ativo Permanente	118.561,52	102.686,08	Passivo Permanente	0,00	0,00
Saldo Patrimonial				110.135,32	102.686,08

CAMARA MUNICIPAL DE SALITRE

Balanco Patrimonial

Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Consolidado


DCASP (Art. 1º, III da Portaria nº 700 de 10 de Dezembro de 2014)

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Compensações					
Especificação			Especificação		
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos	0,00	0,00	Direitos Conveniados e Outros Instrumentos	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00	Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	Total	0,00	0,00

F.C. MORAIS CONTABILIDADE
 CNPJ Nº 02.209.529/0001-67 - CRC/CE 01444/0-3

Francisco Celso de Moraes
 Contador - CRC/CE - 011178/0-1
 CPF: 214.484.313-04

F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
 Contador


 CARLOS ANTONIO DE SOUZA
 PRESIDENTE

Notas Explicativas

Nota 1 - Aspectos Gerais

O Balço Patrimonial evidencia a situação patrimonial da entidade em 31 de Dezembro de 2021.

Mediante sua observação, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados (patrimônio líquido).

Por exigência dos novos modelos da Secretaria do Tesouro Nacional, convencionou-se que os ativos segregam-se em circulante e não circulante, por outro lado, firmou-se que os passivos segregam-se também em circulante e não circulante. Por fim, são também apresentados o Patrimônio Líquido e o grupo de contas de compensação.

Podem-se utilizar as seguintes definições para analisar o Balço Patrimonial:

Ativo - Compreende os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.

Ativo Circulante - Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: seja caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; que tiverem a expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Ativo Não Circulante - Compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Passivo - Compreendem as obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Passivo Circulante - Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Passivo Não Circulante - Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Patrimônio Líquido - É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Notas Explicativas

Superávit Financeiro - Corresponde a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Para fins de abertura de crédito adicional, devem-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo o 2º do artigo 43 da Lei n º 4.320/1964.

Nota 2 - Critérios Contábeis de Mensuração dos Ativos

Os ativos estão segregados em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade .

Os ativos estão classificados como circulantes quando satisfazem a um dos seguintes critérios:

- estão disponíveis para realização imediata;
- têm a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

O caixa ou equivalente de caixa apresenta uma redução em suas disponibilidades em relação ao ano anterior.

Os demais ativos estão classificados como não circulantes.

O ativo não circulante da entidade está representado pelas contas:

IMOBILIZADO: R\$ 118.561,52 (CENTO E DEZOITO MIL QUINHENTOS E SESENTA E UM REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS)

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluídos os custos de compra, impostos recuperáveis e outros custos necessários para colocar o bem em uso ou funcionamento.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do bem do ativo imobilizado são incorporados quando houver a possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.

O Conselho Federal de Contabilidade estabeleceu critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação no setor público, com adoção de forma obrigatória para os fatos ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2010, conforme disposto na Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 16.9.

Durante o exercício de 2021 não foi realizado a depreciação dos Bens Móveis.

Notas Explicativas

O Município, através da Controladoria Geral do Município, iniciou um levantamento de todos os bens imóveis do município, seu cadastro cartográfico e posterior registro no sistema SIM, que trará os valores reais ao Balanço. Diante do grande volume de bens imóveis a serem reavaliados e com base na NBC T 19.6 Reavaliação de Ativos no item 19.6.5.1, ainda não concluído.

Nota 3 - Critérios Contábeis de Mensuração dos Passivos

Os passivos estão segregados em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

Os passivos classificados como circulantes correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Com a adequação às Novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, os Restos a Pagar Não Processados não fazem parte do Passivo, porém continuam sendo uma obrigação incluída no Passivo Financeiro, para efeitos de cálculo do Saldo Patrimonial e superávit ou déficit financeiro.

As contas do passivo circulante evidenciadas no Balanço Patrimonial foram:

DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: R\$ 8.660,17 (OITO MIL SEISCENTOS E SESENTA REAIS E DEZESSETE CENTAVOS)

Não existem contas no passivo não circulante

Nota 4 - Critérios Contábeis de Mensuração do Patrimônio Líquido

Com a adequação às Novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, os Restos a Pagar Não Processados não fazem parte do Passivo.

O Patrimônio Líquido apresenta saldo de R\$ 110.135,32 (CENTO E DEZ MIL CENTO E TRINTA E CINCO REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS).

CAMARA MUNICIPAL DE SALITRE

Balanco Patrimonial

Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Consolidado

DCASP (Art. 1º, III da Portaria nº 700 de 10 de Dezembro de 2014)

Notas Explicativas

F.C. MORAIS CONTABILIDADE
CNPJ Nº 02.206.329/0001-91 / CRC - CE 014440-1

Francisco Celso de Moraes
Contador / CRC/CE - 01117810-1
CPF: 214.464.313-04

F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
Contador


CARLOS ANTONIO DE SOUZA
PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE SALITRE

Variações Patrimoniais

Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Consolidado

DCASP (Art. 1º, III da Portaria nº 700 de 10 de Dezembro de 2014)

Variações Patrimoniais Quantitativas

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.626.805,92	1.723.896,80	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.619.356,68	1.674.846,37
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.626.805,92	1.723.896,80	PESSOAL E ENCARGOS	1.173.809,16	1.187.153,81
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.626.805,92	1.723.896,80	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.096.251,60	974.200,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.626.805,92	1.723.896,80	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL – ABRANGIDOS PELO RPPS	1.096.251,60	974.200,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.626.805,92	1.723.896,80	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL – ABRANGIDOS PELO RPPS	1.096.251,60	974.200,00
REPASSE RECEBIDO DE DUODÉCIMO DA CÂMARA	1.626.805,92	1.723.896,80	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	1.096.251,60	974.200,00
			VENCIMENTOS E SALÁRIOS	1.096.251,60	974.200,00
			ENCARGOS PATRONAIS	77.557,56	212.953,81
			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	77.557,56	212.953,81
			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO	77.557,56	212.953,81
			CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	77.557,56	212.953,81
			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	445.380,00	472.732,35
			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	31.951,56	7.334,15
			CONSUMO DE MATERIAL	31.951,56	7.334,15
			CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	31.951,56	7.334,15
			OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	31.951,56	7.334,15
			SERVIÇOS	411.386,88	463.938,78
			DIÁRIAS	1.900,00	300,00
			DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	1.900,00	300,00
			DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.900,00	300,00
			SERVIÇOS TERCEIROS - PF	14.400,00	62.810,00
			SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	14.400,00	62.810,00
			OUTROS SERVICOS PRESTADOS POR PESSOA FISICA	14.400,00	62.810,00
			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	395.086,88	400.828,78
			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	395.086,88	400.828,78
			SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	78.543,00	91.095,00
			OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	316.543,88	309.733,78
			DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO	2.041,56	1.459,42
			DEPRECIACÃO	2.041,56	1.459,42

Variações Patrimoniais Quantitativas

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
			DEPRECIÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	2.041,56	1.459,42
			DEPRECIÇÃO DE IMOBILIZADO	2.041,56	1.459,42
			DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS	2.041,56	1.459,42
			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	474,97
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	474,97
			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARI	0,00	474,97
			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTAR	0,00	474,97
			DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	0,00	474,97
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	167,52	14.485,24
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	167,52	14.485,24
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS (167,52	14.485,24
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS	167,52	14.485,24
			DIVERSAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	167,52	14.485,24
Resultado Patrimonial do Exercício - Superávit				7.449,24	49.050,43

Variações Patrimoniais Qualitativas

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de Ativo	17.917,00	42.555,84
Desincorporação de Passivo	0,00	0,00
Incorporação de Passivo	0,00	0,00
Desincorporação de Ativo	0,00	0,00

CAMARA MUNICIPAL DE SALITRE

Variações Patrimoniais

Consolidado

Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

DCASP (Art. 1º, III da Portaria nº 700 de 10 de Dezembro de 2014)

F.C. MORAIS CONTABILIDADE
CNPJ Nº 02.200.579/0001-91 - CRC - CE 04444/0-3

Francisco Celso de Moraes
Contador - CRC/CE - 011178/C-1
CPF: 214.464.313-04

F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
Contador



CARLOS ANTONIO DE SOUZA
PRESIDENTE

Notas Explicativas

Nota 1 - Aspectos Gerais

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária. A DVP revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido das variações positivas e negativas.

A Demonstração das Variações Patrimoniais está prevista no art. 104 da Lei Federal nº 4.320/64, que assim define esse demonstrativo:

“A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

Contudo, com o advento das NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, e de acordo com o MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN - Secretaria do Tesouro Nacional, o referido demonstrativo sofreu algumas alterações para o exercício de 2015, de forma a evidenciar as variações patrimoniais quantitativas e qualitativas.

Entende-se por variações patrimoniais quantitativas aquelas decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e são divididas em Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Entende-se por variações patrimoniais qualitativas aquelas decorrentes da execução orçamentária que consistem em incorporação e desincorporação de ativos, bem como incorporação e desincorporação de passivos.

Nota 2 - Variações Patrimoniais Aumentativas

As variações patrimoniais aumentativas que nesta Prestação de Contas representam R\$ 1.626.805,92(UM MILHAO SEISCENTOS E VINT E SEIS MIL OITOCENTOS E CINCO REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS) são decorrentes de transações no setor público que aumentam o patrimônio, notadamente destacadas pela receitas orçamentárias arrecadadas, valorizações e ganhos com ativo ou desincorporação de passivos (amortização ou interveniências passivas), além das deduções ao FUNDEB.

Notas Explicativas

Nota 3 - Variações patrimoniais diminutivas

As variações patrimoniais diminutivas que nesta Prestação de Contas representam R\$ 1.619.356,68(UM MILHAO SEISCENTOS E DEZEN OVE MIL TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E SESENTA E OITO CENTAVOS), são decorrentes de transações no setor público que diminuem o patrimônio. Dentre as variações diminutivas podemos destacar os repasses concedidos as demais unidades orçamentárias (transferências financeiras entre gestões).

F.C. MORAIS CONTABILIDADE ME
CNPJ Nº 20.552.990/0001-11 - INSC. EST. Nº 0144410-3

Francisco Celso de Moraes
Contador - CRC/CE - 011178/0-1
CPF: 214.464.313-04

F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
Contador


CARLOS ANTONIO DE SOUZA
PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE SALITRE

Demonstrativo da Dívida Fundada Interna

Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Consolidado


Anexo 16, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Conta	Saldo Anterior ao Período	Movimento no Período		Saldo para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
Nada a Registrar				

F.C. MORAIS CONTABILIDADE
CNPJ Nº 07.206.529/0001-91 / CRC / CE 011178/O-1

Francisco César de Moraes
Contador - CRC/CE - 011178/O-1
CPF: 214.464.313-04

F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
Contador


CARLOS ANTONIO DE SOUZA
PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE SALITRE

Demonstrativo da Dívida Fundada Interna
Consolidado

Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Anexo 16, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Notas Explicativas

Não há notas explicativas para esse anexo.

F.C. MORAIS CONTABILIDADE
CNPJ Nº 22.208.529/0001-91 - CRC - CE 01444/O-3

Francisco Célio de Morais
Contador - CRC/CE - 011178/O-1
CPF: 214.464.313-04

F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
Contador


CARLOS ANTONIO DE SOUZA
PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE SALITRE

Demonstrativo da Dívida Flutuante

Consolidado

Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Anexo 17, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Conta	Saldo Anterior ao Período		Movimento no Período		Saldo para o Período Seguinte	
	Crédito	Débito	Inscrição	Baixa	Débito	Crédito
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	0,00	0,00	2.204,61	2.409,69	205,08	0,00
Salario Familia	0,00	0,00	2.204,61	2.409,69	205,08	0,00
INSS	0,00	0,00	105.812,79	97.152,62	0,00	8.660,17
Contribuicao Previdenciaria - INSS	0,00	0,00	105.812,79	97.152,62	0,00	8.660,17
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	0,00	141.429,33	141.429,33	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	141.429,33	141.429,33	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	576,00	576,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	576,00	576,00	0,00	0,00
PENSAO ALIMENTICIA	0,00	0,00	9.350,00	9.350,00	0,00	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	0,00	9.350,00	9.350,00	0,00	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00	174.689,38	174.689,38	0,00	0,00
EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	0,00	174.689,38	174.689,38	0,00	0,00
Total Geral:	0,00	0,00	434.062,11	425.607,02	205,08	8.660,17

F.C. MORAIS CONTABILIDADE
 CNPJ Nº 07.200.587/0013 - CRC - CE 01444/0-3

 Francisco Carlos de Moraes
 Contador - CRC/CE - 011178/0-1
 CPF: 214.464.313-04

F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
 Contador


 CARLOS ANTONIO DE SOUZA
 PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE SALITRE

Demonstrativo da Dívida Flutuante

Consolidado

Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Anexo 17, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Notas Explicativas

Não há notas explicativas para esse anexo.

F.C. MORAIS CONTABILIDADE

CNP.J Nº 02.206.529/0001-91 - CRC - CE 014440-3

Francisco Célio de Moraes
Contador - CRC/CE - 011178/0-1
CPF: 214.464.313-04

F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME

Contador



CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA

PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE SALITRE

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Consolidado

Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

DCASP (Art. 1º, III da Portaria nº 700 de 10 de Dezembro de 2014)

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Fluxo de Caixa das Atividades das Operações		
Ingressos	2.060.868,03	2.176.167,72
Receitas Derivadas e Originárias	0,00	0,00
Transferências Correntes Recebidas	0,00	0,00
Outros Ingressos Operacionais	2.060.868,03	2.176.167,72
Desembolsos	2.042.922,14	2.133.813,57
Pessoal e Demais Despesas	1.617.315,12	1.672.911,98
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Transferências Concedidas	0,00	0,00
Outros Desembolsos Operacionais	425.607,02	460.901,59
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	17.945,89	42.354,15
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Ingressos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Outros Ingressos de Investimentos	0,00	0,00
Desembolsos	17.917,00	42.555,84
Aquisição de Ativo Não Circulante	17.917,00	42.555,84
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Outros Desembolsos de Investimentos	0,00	0,00
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)	-17.917,00	-42.555,84
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		

CAMARA MUNICIPAL DE SALITRE

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Consolidado

DCASP (Art. 1º, III da Portaria nº 700 de 10 de Dezembro de 2014)

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ingressos	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	0,00	0,00
Transferências de Capital Recebidas	0,00	0,00
Outros Ingressos de Financiamentos	0,00	0,00
Desembolsos	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00
Outros Desembolsos de Financiamentos	0,00	0,00
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	0,00	0,00
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I + II + III)	28,89	-201,69
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	0,00	201,69
Caixa e Equivalente de Caixa Final	28,89	0,00
Quadro de Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	0,00	0,00
Total das Receitas Derivadas e Originárias	0,00	0,00

CAMARA MUNICIPAL DE SALITRE

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Consolidado

DCASP (Art. 1º, III da Portaria nº 700 de 10 de Dezembro de 2014)

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas		
Transferências Recebidas		
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências Recebidas	0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas	0,00	0,00
Transferências Concedidas		
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas	0,00	0,00
Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		
Legislativa	1.617.315,12	1.672.911,98
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	1.617.315,12	1.672.911,98

CAMARA MUNICIPAL DE SALITRE

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Consolidado

Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

DCASP (Art. 1º, III da Portaria nº 700 de 10 de Dezembro de 2014)

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Quadro de Desembolsos de Juros e Encargos da Dívida		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00

F.C. MORAIS CONTABILIDADE
CNPJ Nº 02.206.828/0001-91 - CRC/CE 044440-3

Francisco Estilo de Moraes
Contador / CRC/CE - 011178/0-1
CPF: 214.464.313-04

F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
Contador


CARLOS ANTONIO DE SOUZA
PRESIDENTE

Notas Explicativas

Nota 1 - Aspectos Gerais

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais**• Ingressos das Operações**

Compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências recebidas.

• Desembolsos das Operações

Compreendem as despesas relativas às atividades operacionais, demonstrando -se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento**• Ingressos de Investimento**

Compreendem as receitas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.

• Desembolsos de Investimento

Compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento**• Ingressos de Financiamento**

Compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

DFC é elaborada utilizando -se contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e de despesas. Também faz uso, quando necessário, de outras contas e filtros necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transitar pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

DFC é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior.

CAMARA MUNICIPAL DE SALITRE

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Consolidado

Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

DCASP (Art. 1º, III da Portaria nº 700 de 10 de Dezembro de 2014)

Notas Explicativas

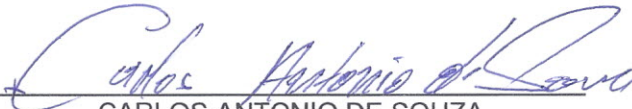
Nota 2 - Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa:

- Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais.....:	R\$	17.945,89
- Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento..:	R\$	-17.917,00
- Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento.:	R\$	0,00
-		
TOTAL.:	R\$	28,89
- Caixa e Equivalente de Caixa Inicial.....:	R\$	0,00
- Caixa e Equivalente de Caixa Final..... :	R\$	28,89

F.C. MORAIS CONTABILIDADE
CNPJ Nº 20.529.000/01-81 - CRC/CE 014440-3

Francisco Célio de Moraes
Contador - CRC/CE - 011178/0-1
CPF: 214.464.313-04

F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
Contador


CARLOS ANTONIO DE SOUZA
PRESIDENTE